



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001760-42.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Luiz Henrique Barra**
 Requerido: **Paulo Roberto Almas de Jesus**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

O recibo de folhas 21 comprova que de fato o réu foi contratado pelo autor para a prestação de serviços advocatícios relacionados a processo de divórcio, como ali consta.

Trata-se de recibo datado de 01.07.2016, admitindo-se portanto que pelo menos a partir daí o contrato estava vigente.

Não há contrato escrito mas há o recibo de pagamento e a indicação, no recibo, ainda que de modo vago, a que ele se referia.

Sustenta o autor que o contrato foi feito para que recurso ou meio diverso de impugnação fosse interposto contra sentença proferida em processo de divórcio, mas que o serviço não foi prestado, causando-lhe profundo descontentamento, frustração e transtorno, além do prejuízo financeiro direto correspondente aos montantes que pagou ao réu.

A alegação do autor está comprovada.

Inicialmente, reporto-me aos e-mails de folhas 24 (datado de 02.08.16, com manifestação de inconformismo sobre o desfecho do divórcio e pedido para que "na petição para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

que o juiz faça uma avaliação" as razões desse inconformismo sejam indicadas), 26 (réu informando, em 09.08.16, que dará entrada na petição no dia 16), 28 (autor cobrando do réu, em 23.08.16, o encaminhamento de cópia da petição que teria sido protocolada em São Paulo, para o autor ler), 29 (autor questionando o réu, em 08.11.16, sobre novidades, e esclarecendo que recebeu comunicado no sentido de que o processo teria sido arquivado), 30 (autor questionando o réu, novamente, em 18.11.16, sobre o andamento do processo), e, por fim, 31, datado de 16.12.16, cujo teor deve ser transcrito integralmente:

"Dr. Paulo, conversei com o Tiago [testemunha ouvida às folhas 110] sobre o empréstimo do dinheiro e chegamos a conclusão de que só investiremos mais dinheiro nessa ação quando o processo nos for entregue em mãos ou dado o acesso via internet no tribunal superior. O Sr. poderia me enviar cópia da petição que isso vocês tem aí no computador para eu entender como foi elaborada a tese? Gostaria de entender a questão do prazo de entrada aqui no fórum de S. Carlos com o processo que eu ganhei em São Paulo. Desculpa, mas estou muito inseguro com essa falta de documentos em mãos. O Sr. Havia me prometido a entrega de todas as guias de recolhimento e até hoje não recebi um documentno sequer.".

Além dos e-mails, o autor comprovou inúmeros contatos telefônicos com o réu, como verificamos às folhas 41.

A certa altura, o autor acabou sendo encaminhado a Dra. Maria Gertrudes Simão, ouvida às folhas 128.

Em 31.01.2017 a mencionada advogada encaminhou ao autor "arquivos das petições elaboradas", e-mail de 31.01.17, conforme folhas 42, e disse: "Com relação ao recurso mencionado foi elaborada petição autônoma e considerada intempestiva".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A questão das petições elaboradas e encaminhadas às folhas 43/46, 47/49, 50/51 não tem relevância, embora o que se tem nos autos é que o autor não tinha – ao contrário do alegado pela advogada às folhas 128 – solicitado essas petições iniciais e sim "documentos comprobatórios da existência do processo [sic] de apelação, além da decisão judicial [favorável, dada em segundo grau, no recurso], bem como as guias de recolhimento das taxas" (vide e-mail de folhas 53, datado de 31.01.17).

De fato, no que toca à apelação contra a sentença de divórcio, resulta bem claro dos autos que o autor foi induzido em erro pelo réu.

Com efeito, o e-mail de folhas 32, datado de 02.02.2017, mostra com clareza que o autor havia sido convencido a respeito da existência de uma apelação em trâmite (e que ele teria vencido):

"Dra. Gertrudes e Dr. Paulo,

Primeiramente todo o processo foi tratado com o Dr. Paulo.

Então, para evitar desperdícios de tempo, gostaria que me fosse enviado cópia de toda documentação referente à apelação do meu processo de divórcio.

Essas cópias tem que estar legíveis e não cortadas como a Dra. Gertrudes enviou, escondendo o local de autenticação do TJ.

Aonde está a decisão que o Dr. Paulo disse que eu havia ganho em São Paulo?

Aonde estão as guias de recolhimento das taxas referente ao processo?

Vamos evitar transtornos judiciais e criminais, por favor".

Com efeito, toda a sequência acima relatada mostra claramente que o réu induziu o autor a crer que havia interposto um recurso de apelação contra a sentença proferida no divórcio, e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

que o autor havia vencido o referido recurso.

Note-se que, ao contrário do afirmado pela advogada ouvida às folhas 128, a sentença de divórcio que o autor pretendia questionar, proferida em 19.06.2016 conforme folha 60, não foi homologatória de acordo, tratou-se de um julgamento de mérito, portanto plenamente recorrível.

O único acordo que houve foi sobre o divórcio em si, conforme folha 62, não se tratando da sentença que o autor pretendia discutir, seja por seu teor não contrariar interesse do autor, seja pela própria cronologia dos fatos vez que essa sentença homologatória é de 10.11.15, folha 62.

Esse conjunto probatório resta reforçado, lembre-se, pela existência do recibo de folhas 21, a propósito do qual o réu não trouxe qualquer explicação plausível, e pelo fato de que o réu, embora recebendo inúmeros e-mails do autor, jamais dignou-se a respondê-los para esclarecer eventual compreensão equivocada do autor a respeito do que estava ocorrendo.

Sendo assim, é de rigor o reconhecimento de que nenhum serviço o réu efetivamente prestou ao autor, e, não bastasse, manteve o autor no erro de supor que havia um recurso de apelação interposto e vencido, havendo responsabilidade do réu nos termos do art. 32 do Estatuto da OAB: "O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa".

Deve ser devolvido, inicialmente, o montante indicado no recibo, R\$ 1.500,00.

Quanto aos R\$ 1.100,00 que o autor diz que pagou posteriormente ao réu, não há prova do pagamento em si, razão pela qual não deverá haver restituição. O fato de a testemunha Tiago Boesso de Arruda Camargo, ouvido às folhas 110, mencionar que emprestou esse valor ao autor não é prova de que o autor efetivamente o utilizou entregando para o réu.

Os danos morais, noutro giro, estão comprovados.

A sucessão de e-mails acima referida, assim como o depoimento de Tiago Boesso



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

de Arruda Camargo, aliados às regras de experiência comum, levando em conta o vínculo de confiança entre cliente e advogado, mostra que o autor foi significativamente afetado em sua tranquilidade e equilíbrio psíquico por conta da suposição de que havia sim sido interposto recurso de apelação contra a sentença de divórcio e que inclusive havia vencido o referido recurso, sendo depois surpreendido com a notícia de que simplesmente nenhum serviço havia de fato sido prestado pelo réu, após inúmeras tentativas de esclarecimento, que foram majorando o desgaste emocional do autor ao longo de vários meses.

Tendo em conta a significativa culpabilidade na conduta do réu, o grau de frustração experimentado pelo autor, o longo período em que esse sofrimento perdurou, a indenização será arbitrada em R\$ 10.000,00.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para condenar o réu a pagar ao autor (a) R\$ 1.500,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde 01.07.2016, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação (b) R\$ 10.000,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde a presente data, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 10 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**